

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

1 Ao primeiro dia do mês de agosto de 2019, às 13h50m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu início à 6ª Reunião da  
3 Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-G) do biênio 2019-2020, na sala  
4 203 (altos da Farmácia Universitária) da Sede da Secretaria Executiva do Comitê Guandu em  
5 Seropédica/RJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Aprovação da minuta da ata da**  
6 **reunião de 04.07.2019; 2- Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre**  
7 **transparência; 3- Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre os critérios para**  
8 **apoio a eventos e cursos externos; 4- Elaboração de minuta de Resolução que dispõe**  
9 **sobre critérios para seleção de membros a participarem de eventos externos; 5-**  
10 **Elaboração de minuta de Resolução para regularização do Grupo de trabalho**  
11 **Infraestrutura Verde – GTIV; 6- Assuntos Gerais.** O coordenador da CTIL-G, Wladimir  
12 Loureiro (FAM-Rio), iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e solicitando que se  
13 apresentassem. Os membros se apresentaram. O mesmo informou que a subcoordenadora irá  
14 conduzir a reunião. **1-** A subcoordenadora Uiara Martins (CREA-RJ) informou discordar quanto  
15 a alguns pontos da ata. Informou que solicitou a cópia do áudio da reunião correspondente a  
16 esta data de 04/07/2019, por e-mail, porém, não os recebeu. Sendo assim, sugeriu adiar a  
17 análise e aprovação da ata para a reunião seguinte. Em resposta, Fátima Rocha (AGEVAP),  
18 comentou sobre as situações ocorridas durante a Plenária de maio e que geraram discussões e  
19 encaminhamentos na CTEG e na Diretoria Colegiada em relação ao direito de imagem e de  
20 áudio. A mesma informou que aguarda parecer jurídico para que se possa disponibilizar o áudio.  
21 Uiara Martins (CREA-RJ) completa que seja retirado este item de pauta até que se tenha algum  
22 retorno do jurídico. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) ressaltou que o parecer da assessoria jurídica  
23 da Agevap não vincula este Comitê, ele é apenas consultivo. **2-** Uiara Martins (CREA-RJ) abriu  
24 para considerações a minuta de resolução e perguntou se todos leram e se seria necessária  
25 uma leitura rápida. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) respondeu que possui uma  
26 consideração. A mesma tem uma preocupação quanto ao segundo artigo que diz que toda  
27 informação gerada ou armazenada. A dúvida seria sobre documentos ainda em elaboração,  
28 sendo contra a publicação/divulgação de coisas parciais, por exemplo, de termo de referência  
29 que está em tramitação e que só devem ser divulgados documentos em sua versão final.  
30 Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse achar interessante a colocação da professora e solicitou uma  
31 sugestão de redação para a mudança do texto pois vive-se atualmente a realidade das fake  
32 News que podem não ser mentira, mas a realidade transformada. Uiara Martins (CREA-RJ)  
33 perguntou se mais alguém teria alguma contribuição. Juliana Fernandes (AGEVAP) informou

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

34 que realizou a leitura da minuta e que gostaria de compreender o que mais seria necessário ser  
35 divulgado já que estão disponibilizadas no site do Comitê através do portal do site do Comitê e  
36 de vários links informações dos contratos, dos pagamentos, dos balancetes, através do  
37 instrumento contratual assinado entre AGEVAP, INEA e Guandu. Além de informações  
38 financeiras, fiscais e contratuais, existe o SIGA Guandu que é o sistema de acompanhamento  
39 de todos os projetos do Comitê, no qual a cada realização de pagamento de produtos, por mais  
40 que sejam parciais ou integrais, são disponibilizados para que possam acessar e baixar qualquer  
41 pessoa, sendo assim, as informações são disponibilizadas na rede. Juliana Fernandes então  
42 questionou sobre o que objetivamente a mais poderia-se fazer já que as informações estão  
43 disponibilizadas. A mesma acrescentou que além disso existe uma validação feita pelo órgão  
44 gestor, o INEA, quem formalizou o contrato junto à AGEVAP, para todas as prestações de contas  
45 que são aprovadas e publicadas, passando inclusive por tribunais de contas. Logo, gostaria de  
46 saber, em nome da AGEVAP, quais itens não estão sendo atendidos para que esta minuta de  
47 resolução seja proposta por esta câmara técnica. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) afirmou que a  
48 AGEVAP não deveria ter voz nesta câmara técnica, pois, não tem assento. Juliana Fernandes  
49 (AGEVAP) solicitou direito de responder ao colocado pelo coordenador. Wladimir Loureiro (FAM-  
50 Rio) negou e afirmou que a secretaria executiva existe para secretariar o Comitê, e não para ter  
51 participação política no Comitê e conduzir os rumos administrativos e políticos do Comitê.  
52 Wladimir Loureiro (FAM-Rio) continuou dizendo que reconhece que a AGEVAP cumpre muito  
53 bem a lei complementar nº 131, a Lei Capiberibe. Esta lei é uma emenda à lei de  
54 responsabilidade fiscal que determina disponibilizar o orçamento, o gasto público, só que houve  
55 uma evolução e atualmente existe a lei de acesso à informação. Wladimir Loureiro (FAM-Rio)  
56 continuou informando que é uma lei não somente quantitativa, mas qualitativa e não fala apenas  
57 de divulgação de orçamentos, logo, é neste tocante que se vê fragilidades e falta, inclusive, por  
58 parte do Comitê, pois o regimento Interno determina que atas de diretoria colegiada devem ser  
59 divulgadas no site e não são. O próprio comitê erra. E no que a AGEVAP acerta, a resolução  
60 seria uma declaração para todos, a fim de evitar que cheguem pessoas que duvidem da  
61 transparência do Comitê. Fora isso, se esta ação representa um gasto à AGEVAP, isto pode ser  
62 debatido. Poderia ser ajustado e integrado ao contrato de gestão que sofre aditamentos anuais.  
63 A ideia é construir e mostrar à sociedade. Juliana Fernandes (AGEVAP) pediu a palavra e disse  
64 que a AGEVAP é entidade delegatária do Comitê Guandu e de outros Comitês do Estado do Rio  
65 de Janeiro. Informou que a Lei 9433, da política nacional de recursos hídricos, e a lei estadual  
66 identifica quais são os entes do sistema, dentre eles, a agencia de bacia. E que a AGEVAP é

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

67 um ente do sistema e é importante deixar claro, que além das funções contratuais que por  
68 cumpridas, já está há nove anos tendo os contratos aditivados, com prestações de contas  
69 aprovadas. Acrescentou que, quando a AGEVAP está presente nas reuniões e fala, está  
70 cumprindo o papel de subsidiar as decisões do Comitê. A política diz que o comitê define ações,  
71 o que deve ser feito com os recursos da cobrança dentre outras ações. No entanto, o Comitê  
72 não possui personalidade jurídica, pois, não é o objetivo. A AGEVAP, como entidade delegatária  
73 do Comitê, é quem executa com personalidade jurídica as ações do Comitê. Um recurso que  
74 não pertence ao Comitê, mas ao sistema de recursos hídricos, pago pelos usuários da água,  
75 cobrado pelo órgão gestor de recursos hídricos, deliberada a aplicação pelo Comitê e aplicado  
76 pela AGEVAP. Ou seja, todos estes entes formam o sistema de recursos hídricos. Sendo assim,  
77 a AGEVAP tem atuado por nove anos, tendo trabalhado de forma honrada porém, infelizmente  
78 nos últimos tempos tem ocorrido alguns impasses. Suas ações são validadas pelos tribunais e  
79 por quem faz as avaliações. Juliana ressaltou a importância de trazer essas informações, pois,  
80 ainda não houve a oportunidade de fazer a capacitação com todos os membros. Com relação a  
81 transparência, concorda com o coordenador buscar sempre a transparência, e que isso é  
82 buscado pela agencia, por isso há no site várias informações, e o SIGA também com várias  
83 informações. Lembrando que o site é validado pela ANA. Juliana Fernandes (AGEVAP) retornou  
84 com a pergunta do que é necessário melhorar. Para o aperfeiçoamento do site e da  
85 transparência. De forma objetiva, o que vamos aperfeiçoar. Franziska Huber (FAETERJ-  
86 Paracambi) disse entender que se for para dar publicidade a todos os documentos, até mesmo  
87 os documentos manuscritos inviabilizaria o site que já possui muita informação e muitas pessoas  
88 se perdem ao manuseá-lo, além de sobrecarrega-lo. E que se alguém precisar acesso de algum  
89 documento, solicite a vista. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou ao coordenador  
90 se o que se deseja é disponibilizar todos os documentos ou se somente os arquivos finais, como  
91 já ocorre, e se isso ocorreria de forma parcial. Se poderia consultar ao jurídico, por exemplo, a  
92 disponibilização de áudios das reuniões. Ressaltou que a disponibilidade depende também da  
93 sensibilidade do documento. Antonio Mendes (AGEVAP) iniciou o discurso informando que para  
94 este debate é necessário se basear na legislação. Afirmou que a disponibilização de informações  
95 do site da AGEVAP é baseada na Lei da transparência, a lei número 12597 de 2011. O mesmo  
96 solicitou abrir o site da AGEVAP, no botom de Transparência, que estão disponíveis no site do  
97 Comitê e da AGEVAP. Foi mostrado que a tela da transparência cita a Lei Federal número  
98 12597/2011. Antonio Mendes (AGEVAP) informou as metas do contrato de gestão que solicita  
99 a disponibilização de informações no site, utilizando algumas cláusulas desta lei. Explicou o

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

100 atendimento à entrega da prestação de contas que é realizada pela agência. Até 31 de março  
101 do ano seguinte a GEVAP deve entregar a prestação de contas físico financeiro. O que lei atual  
102 pede, já é cumprido como: ocupantes de cargo, remuneração, o que foi gasto entre outras.  
103 Antonio Mendes (AGEVAP) acrescentou a leitura de artigos da legislação estadual de  
104 transparência, o Decreto nº 46.475 de 25 de outubro de 2018, que diz, em seu artigo 15  
105 parágrafo primeiro, que não podem ser atendidos os seguintes pedidos de informação: os  
106 genéricos, desproporcionais ou desarrazoáveis (irracional, levado pelas emoções), e os que  
107 exijam trabalhos a mais de análise e consolidação. Exemplificou este último caso com uma  
108 possível solicitação de levantamento de gastos dos últimos dez anos, para este atendimento,  
109 funcionário da AGEVAP deixaria suas atividades para levantamento e consolidação das  
110 informações. Logo, a lei já pensa na questão da eficiência. E é preciso muito cuidado ao pedir  
111 informações, pois, a lei deixa bem claro. Antonio Mendes (AGEVAP) iniciou os apontamentos de  
112 melhorias necessárias. Segundo o mesmo, o site deixa de atender aos requisitos da lei por: não  
113 possui o FAQ, que é o trecho de perguntas e respostas; não possuir informação para deficientes;  
114 e não possuir o formulário para pedido de informações. Todas estas deficiências serão corrigidas  
115 no novo site que o plano de comunicação vai trazer. A minuta redigida pelo coordenador pede  
116 quinze dias para respostas, com mais quinze dias às solicitações e a lei diz vinte dias com mais  
117 dez, no final dá trinta dias. Outro ponto é que a resolução pede que os ajustes entrem em vigor  
118 em até quinze dias após aprovação da resolução, porém, para inserir um FAQ no site é  
119 necessária uma contratação e infelizmente atualmente não se contrata em quinze dias com  
120 verba pública. O mesmo informou que está sendo contratada uma empresa de comunicação  
121 muito boa e bem conceituada para a elaboração do Plano de comunicação que fará a  
122 reformulação do site. Em concordância com o comentado anteriormente por Juliana Fernandes,  
123 ressaltou que para qualificar o debate de transparência, da mesma forma que a lei sugere é  
124 necessário dizer qual a informação que se quer. Por que se essa informação não estiver no site,  
125 a secretaria executiva como órgão que utiliza verba pública tem vinte dias para responder,  
126 prorrogado por mais dez. Ressaltou que é preciso seguir a lei, e Wladimir está certo, a lei  
127 12597/2011 que já é feito, o decreto estadual também já é cumprido, e as informações que a lei  
128 não contemplar, desde que não citadas nas restrições colocadas pela lei, qualquer pessoa pode  
129 solicitar à secretaria executiva. O plano de comunicação deixará as informações mais claras,  
130 dará um layout melhor ao site. Uiana Martins (CREA-RJ) disse que não vê problema em colocar  
131 no papel algo que já é cumprido. A fim de reger de forma clara e transparente, pensando sempre  
132 em avançar na transparência e no controle social. Logo, não entende o porquê da resolução ser



**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

133 justificada com as colocações da secretaria sobre já estar sendo feito. Amisterdan Ribeiro (P.M.  
134 Pirai) iniciou seu discurso agradecendo a oportunidade e dizendo que ele está coo convidado  
135 nesta reunião, não possui poder de voto, porém, tem vez e voz. Ressaltou que se já existe a  
136 transparência e os documentos estão disponibilizados, concorda que é preciso melhorar,  
137 concorda com Franziska Huber sobre disponibilizar somente documento final para evitar  
138 problemas jurídicos. Defendeu a equipe, afirmando que a AGEVAP não tem voto, mas tem voz  
139 sim, por que o Comitê demanda e constrói mas quem executa é a AGEVAP. Se eles não  
140 estiverem presentes dando ciência do que está acontecendo irão acontecer muitos problemas.  
141 Logo, quando um representante da AGEVAP se faz presente, ele tem voz para dar ciência e  
142 evitar equívocos, tornando as reuniões da câmara técnica mais eficiente, mais eficaz e com  
143 todos entendendo a mesma coisa. O assunto trata-se de uma construção, apesar de vários  
144 pontos de vista diferentes. A comunicação interna é um pouco falha e falta a diretoria falar uma  
145 única voz para que haja concordância. Ainda estamos numa fase de aprendizado. Trica de  
146 experiências, assimilar duvidas, disponibilizar informações deve ser pedida. Se não houve o  
147 atendimento a uma solicitação, esta deve ser trazida à câmara técnica, porém, toda construção  
148 deve acontecer com união. Nelson Reis (APEDEMA-RJ), disse estar surpreso com a minuta de  
149 resolução, visto que este comitê está fechando contrato com uma agencia de comunicação bem  
150 conceituada para gerar melhorias na comunicação interna e externa. Nelson Reis acrescentou  
151 que para a avaliação e acompanhamento do contrato de gestão, existe um grupo formado por  
152 Sabina (Furnas), ele e anteriormente, a Dalva (FIPERJ) que saiu. Paralelamente a isso o estado  
153 estabeleceu uma lógica para avaliação do estado, uma ampla discussão de avaliação de vários  
154 parâmetros. Considerado este cenário e o que foi falado por Antonio, não vê problema em  
155 discutir a resolução, mas é um processo que merece pequenos ajustes e dar andamento para  
156 mostrar a preocupação com a comunicação do Comitê com a sociedade. Acrescentou que  
157 durante o doutorado, buscou informações no site e em algumas vezes encontrou dificuldades,  
158 porém, ressaltou que tudo o que ele solicita é respondido pela secretaria, sem necessidade de  
159 elementos legais. Mariana Silveira (Ternium) disse ter uma dúvida sobre o que está a mais na  
160 minuta do que a lei, pois, não caberia fazer resolução de lei, pois a lei deve ser cumprida.  
161 Perguntou se a resolução traz mais informações ou se aprofunda mais algum dispositivo da lei  
162 de transparência. Jaime Santos (SINTSAMA) disse estar muito em alta a questão da  
163 acessibilidade e da transparência. O mesmo lembrou que funcionários do sistema do Guandu  
164 (CEDAE) não conhecem o Comitê Guandu, o que exemplifica a falta de conhecimento e  
165 divulgação. O mesmo disse que durante as reuniões costuma fotografar e divulgar as atividades

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

166 do Comitê. Ressaltou que a comunicação de todas as formas ajuda a divulgar o trabalho.  
167 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) disse não achar viável duplicar a legislação, pois seria  
168 uma ferramenta a mais, pois, há duas situações: uma é a transparência e outra é a divulgação.  
169 Da forma como está escrito na minuta até mesmo as solicitações de ajudas de custo, por  
170 exemplo, teriam que estar no site. Ressaltou que é um nível de detalhamento prejudicial, pois,  
171 sobrecarrega o site, deixa mais confuso. Caso haja necessidade de consulta, que a informação  
172 seja solicitada à AGEVAP. A mesma sugeriu, no caso de informações sobre ajudas de custo,  
173 incluir no site informações com possibilidade de busca por cpf. Assim seria possível consultar  
174 quanto o membro já recebeu. Mas, duplicar uma legislação que já existe, não haveria  
175 necessidade. Franziska também informou que sempre recebeu todas as informações solicitadas  
176 à AGEVAP e que sempre fizeram um trabalho muito bom e solicitou registrar que acha excelente.  
177 Helio Vanderley (P.M. Nova Iguaçu) disse que ao propor um assunto, é necessário estudar as  
178 dificuldades que se tem para que se possa propor uma normativa. Logo sugeriu como  
179 encaminhamento realizar uma avaliação do site dos produtos a serem expostos,  
180 aperfeiçoamento das ferramentas de busca das informações no site (fluxograma instrutivo para  
181 chegar a informação). Todas as informações devem estar disponibilizadas conforme a lei, mas  
182 o que não pode acontecer é a dificuldade de acesso aos documentos. A sociedade precisa  
183 acessar e entender a informação, pois, há dificuldades para acessar e entender. A comunicação  
184 poderia criar um passo-a-passo para acesso do site. Poderia ter um caminho para pesquisas  
185 específicas. O mesmo sugeriu que antes de trabalhar a resolução, deve se estudar o que se  
186 precisa, e a minuta deve possuir o que a lei não facilita. O mesmo propôs estudar  
187 detalhadamente um assunto antes, ao invés de leva-lo para análise sem que todos tenham  
188 estudado e discutido. Juliana Fernandes (AGEVAP) complementa dizendo que a AGEVAP  
189 precisa melhorar a facilidade de acesso às informações, e que cumpre com o que a lei e o  
190 Contrato de Gestão exigem, e que o plano de comunicação virá para realizar um levantamento  
191 para melhorar o acesso a informação. Juliana ressaltou que sua pergunta sobre quais melhorias,  
192 isso poderia ser respondido pelo levantamento que a empresa irá realizar, e sugere aguardar a  
193 entrega dos serviços da empresa contratada para então trazer o assunto no futuro. Ter uma  
194 resolução não prejudicará em nada mas seria uma redundância ter uma resolução enquanto já  
195 existe uma lei que trata do assunto. Cândida Serrão (FAM-Rio) ressaltou a importância de se  
196 seguir a lei. A mesma disse que se há uma empresa de comunicação grande aprovada, o custo  
197 deve ser muito alto para pagar o contrato, e que empresa nenhuma iria se meter onde não  
198 houvesse dinheiro envolvido. Cândida disse que entende que o Comitê merece ter o melhor,

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

199 mas é preciso prestar contas do orçamento, sendo importante a transparência. Gabriela Teixeira  
200 (AGEVAP) respondeu que a contratação aconteceu por meio de licitação. Uiara Martins (CREA-  
201 RJ) informou que durante esta gestão, frente à CTL-G, ela e Wladimir Loureiro enviaram alguns  
202 e-mails à secretaria executiva e não obtiveram resposta. Explicou que a minuta não diz que tudo  
203 deve ficar preso ao site, mas de forma livre ou por formulário disponível no site. Pois, o que  
204 houve sempre é que a informação está no site. Porém, as solicitações devem ser respondidas  
205 oficialmente e não por pesquisa. Justificou que, apesar de já estar cumprindo a lei, o objetivo é  
206 a criação de uma resolução para que essa transparência em cumprir a lei seja de forma ampla.  
207 Não sendo restritivo e nem contrário à lei, não se pode ser maior que a lei. Seria apenas uma  
208 forma registrada desta Câmara a de dar transparência e controle social, conforme o artigo  
209 terceiro. Rinaldo Rocha (LIGHT) perguntou se já existe algum dispositivo que aborde esta  
210 questão do não atendimento às solicitações. Juliana Fernandes (AGEVAP) respondeu que não.  
211 Uiara Martins (CREA-RJ) continuou informando que a coordenação encaminhou quatro e-mails  
212 à secretaria executiva e não teve resposta. Juliana Fernandes (AGEVAP) perguntou se poderiam  
213 detalhar quais e-mails. Antonio Mendes (AGEVAP) lembrou que pela Lei, há o prazo de vinte  
214 dias, prorrogado por mais dez para responder. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) informou que  
215 qualquer membro tem direito de recorrer ao Ministério Público. Cândida Serrão (FAM-Rio) disse  
216 que isso pode ser levado à justiça, pois é crime. Rinaldo Rocha (LIGHT) ressaltou que é preciso  
217 conhecer realmente o assunto para falar com propriedade. A fim de estudar e estabelecer um  
218 dispositivo legal para reger este assunto. Helio Vanderley (P.M. Nova Iguaçu) completou dizendo  
219 que é inadmissível que uma coordenação ou membro peça uma informação oficial, seja por e-  
220 mail ou por carta, fique sem resposta. Porém, ficando sem resposta, apresentaria em reunião a  
221 data e assunto do e-mail que ficou sem resposta, e o e-mail seria reenviado o que configuraria  
222 reincidência. O mesmo disse se sentir constrangido por receber a informação de que uma equipe  
223 que vem trabalhando a tanto tempo no Comitê, não tenha respondido uma solicitação da  
224 coordenação. Logo, solicitou esclarecimento sobre o dia do e-mail e seu conteúdo e o porquê  
225 de a secretaria ou a diretoria não ter respondido a solicitação, pois, isso significa transparência  
226 do sistema de gestão de recursos hídricos. Juliana Fernandes (AGEVAP) pediu o detalhamento  
227 para que se possa realizar a verificação do que está acontecendo. Pois, pelos relatos de todos  
228 os participantes do Comitê, as solicitações são sempre atendidas. Uiara Martins (CREA-RJ)  
229 afirmou que um dos e-mails, o referente à cessão do áudio da reunião de 04 de julho, já ouviu a  
230 resposta no início desta reunião. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) esclareceu que, pelo menos um  
231 dos e-mails, por decisão da diretoria, foi definido aguardar para responder após o encontro

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

232 agendado com os coordenadores das câmaras técnicas, e inclusive houve uma consulta previa  
233 sobre a alteração de data destas reuniões. Porém, ainda está dentro do prazo legal de vinte dias.  
234 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu responder que o e-mail foi recebido e  
235 encaminhado para providências. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que nenhum dos presentes  
236 tolera mentiras, falsidades, estelionato ou fake News. Disse ter procurado no site que possui o  
237 selo de transparência, o contrato de locação da unidades descentralizada, porém, não  
238 encontrou. Logo, tudo o que foi falado a respeito de se cumprir a lei da transparência, é irreal, é  
239 mentiroso. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) continuou dizendo que existe o balanço mensal com  
240 despesas do tipo R\$ 40 mil com a Localiza que não diz a ocasião especial, o dia e o motivo.  
241 Então a Lei 12597/2011 não é cumprida. Respondendo à Mariana Silveira (TERNIUM), o mesmo  
242 disse que o regulamento interno no parágrafo único do artigo segundo, diz que considera-se  
243 informação gerada, todos os atos deste comitê com caráter normativo, decisórios, pareceres de  
244 câmaras técnicas e todos os escritos no artigo 43. Então não é qualquer informação que não  
245 tenha interesse público. O coordenador sugeriu iniciar o regime de votação para definir se a  
246 minuta de resolução seria discutida neste momento e depois, voltar aos destaques do texto.  
247 Rinaldo Rocha (LIGHT) disse que considerando todos os considerandos feitos e todos os  
248 encaminhamentos de melhoria e atendimento à lei, ele vota não à resolução por não considerá-  
249 la a solução do problema. Mariana de Paula (Ternium) disse que o assunto pede um diagnóstico  
250 mais profundo e votou contra. Franziska Huber (FAETERJ) votou contra baseado em tudo que  
251 foi apresentado. Marcelo Danilo (ANAGEA) disse que por tudo que foi apresentado, não faz  
252 sentido, e vota não. Paulo Garcia (P.M. Japeri) reforçou a fala de Marcelo Danilo e também votou  
253 contra. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) disse ser a favor desde que tema fosse melhor  
254 estudado e a minuta estruturada. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que todos que estão  
255 votando contra estão bloqueando a transparência. Uiara Martins (CREA-RJ) votou sim. Seguem  
256 os votos favoráveis para discutir a resolução: CREA-RJ, FAM-Rio e P.M. de Queimados. Votos  
257 contra a minuta, pedindo melhor estudo: Faeterj Paracambi, Light, Ternium, ANAGEA, FONASC,  
258 P.M. de Japeri e P.M. de Nova Iguaçu. Ausentes: CK Paracambi e CEDAE. Com resultado de  
259 nove votos contra e três a favor, a discussão sobre a minuta foi adiada. Wladimir Loureiro (FAM-  
260 Rio) disse que considerando que todo o quadro de negativa da transparência e foi interrompido  
261 por Hélio Wanderley (P.M. Nova Iguaçu) que pediu que ele respeite a maioria dos membros na  
262 votação. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) informou que gravou no celular a votação e disse que não  
263 pede desculpas e que o que houve foi uma condução irregular e inverídica por parte da AGEVAP,  
264 manipulando o tempo todo com inverdades e ilegalidades e que tudo seria encaminhado ao



**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

265 Ministério Público. Franziska Huber (FAETERJ) respondeu que a Câmara Técnica decide em  
266 conjunto, de acordo com a maioria e não sendo obrigados a votar com a coordenação. Uiara  
267 Martins (CREA-Rio) como encaminhamento pede aos membros que tiverem encaminhamentos  
268 ou sugestões para debates futuros sobre o assunto que já os faça com uma minuta elaborada.  
269 Juliana Fernandes (AGEVAP) pediu a fala para responder pela instituição que havia sido citada.  
270 Wladimir Loureiro negou a fala dizendo que a AGEVAP já havia manipulado demais e falado  
271 diversas inverdades. Hélio Wanderley (P.M. Nova Iguaçu) ao ver alguns membros deixando a  
272 reunião pede para que fiquem para realizar os devidos encaminhamentos para uma melhor  
273 construção do assunto, e que não vale questões pessoais. Juliana Fernandes (AGEVAP) insiste  
274 em querer a fala devido a citação feita em relação a AGEVAP. Uiara Martins (CREA-RJ) permite  
275 a fala. Juliana Fernandes (AGEVAP) diz que fica chateada com a condução do coordenador e  
276 da forma que ele se reporta à AGEVAP. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) responde que fica  
277 chateado porque a AGEVAP quer conduzir politicamente o Comitê e cobra as explicações sobre  
278 e-mails não respondidos. Juliana Fernandes (AGEVAP) cita a forma desrespeitosa como o  
279 coordenador da CTIL-G fala da AGEVAP e seus funcionários, e disse que ela, enquanto  
280 coordenadora da equipe não pode permitir, e caso não seja mantido o respeito e decoro aos  
281 funcionários da AGEVAP ela terá obrigação de retirá-los da reunião para não expor os  
282 colaboradores a enfrentamentos. Disse que ou se mantém um decoro ou os funcionários não  
283 ficarão mais presentes. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que não houve desrespeito apenas  
284 posicionamento e duras críticas. Uiara Martins (CREA-RJ) pergunta em que momento os  
285 funcionários se sentiram desrespeitados para que fique claro dizendo que falar da instituição e  
286 chamar um funcionário especificamente de mentiroso é diferente. Pediu para que seja pontuado  
287 para que não haja deturpações. Uiara Martins (CREA-RJ) perguntou se algum funcionário foi  
288 agredido verbalmente. Antonio Mendes (AGEVAP) e Fátima Rocha (AGEVAP) disseram que  
289 sim. Fátima Rocha (AGEVAP) diz que quando se fala AGEVAP trata-se da equipe que atende o  
290 Comitê. Antonio Mendes (AGEVAP) disse que usar adjetivos pejorativos como mentiroso não é  
291 a forma correta de tratar pessoas em uma reunião pública e democrática. Amisterdan Ribeiro  
292 (P.M. Pirai) diz que já conversou com Wladimir e que a questão não é o que ele coloca é a forma.  
293 Disse que falta comunicação entre Câmaras e Diretorias, que tem divergências. Amisterdan  
294 Ribeiro (P.M. Pirai) questiona se a minuta foi construída de forma conjunta. Uiara Martins (CREA-  
295 RJ) disse que a minuta foi enviada a todos por e-mail em tempo hábil. Amisterdan Ribeiro (P.M.  
296 Pirai) diz que se o embate continuar em enfrentamento não aprovará nada e que coordenador  
297 deve coordenar e não mandar. Disse que minutas deve ser construída em grupo. Uiara Martins

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

298 (CREA-Rio) disse que os itens e minutas posteriores da pauta não foram elaboradas pela  
299 coordenação da CTIL-G, e por isso, toda pauta será primeiro estudada para ser votada em  
300 reuniões futuras. Por isso sugeriu a retirada dos itens 3,4 e 5 porque não houve discussão.  
301 Nelson Reais (APEDEMA-RJ) disse que o calor da discussão colocou palavras na boca de  
302 Wladimir Loureiro como “mentira” mas, por outro lado, observou dificuldades da secretaria  
303 executiva em encontrar contratos. Ele disse que os contratos estão sim no site mas não são de  
304 fácil acesso. Ele disse que o Comitê está em um processo de mudança nesse sentido. Disse  
305 que é necessário identificar as falhas e buscar corrigir. Uiara Martins (CREA-RJ) disse que a  
306 Diretora Executiva do Comitê está presente em todas as reuniões e que se estivesse visto  
307 desrespeito teria pontuado o fato junto a coordenação da CTIL-G. Disse que não enxerga brigas,  
308 mas embates e defesa de interesses diversos. Uiara Martins (CREA – RJ) diz a Juliana  
309 Fernandes (AGEVAP) que qualquer problema deverá ser conduzido pela diretora executiva e  
310 disse que não entende o papel da diretora executiva em relação a secretaria. Andreia Loureiro  
311 (P.M. Queimados) disse que o regimento explica. Uiara Martins (CREA-RJ) disse que o  
312 regimento explica mas não vê funcionar da forma que é explicado e pede futuras explicações  
313 sobre. Disse que já pediu reunião com a diretoria executiva e não teve resposta e que a  
314 discussão ocorrida deve ser entre a coordenação e a diretoria executiva. Uiara Martins (CREA-  
315 RJ) diz que em relação aos itens 3,4 e 5 a Câmara vai discutir as minutas e devido ao horário,  
316 não serão votadas. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que se exaltou devido a ilegalidade e que  
317 quando era pequeno, se mentisse, sua mãe dava-lhe um tapa na boca. Disse que se alguém  
318 disse que há o cumprimento da lei da informação, ao seu ver, a pessoa conduziu de forma  
319 mentirosa. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que defende a lei e que é muito clara quando cita  
320 a integridade e primariedade do documento e que mantém a opinião de que a secretaria  
321 executiva tenta influenciar a decisão política do Comitê. Franziska Huber (FEATERJ) disse que  
322 quando uma minuta é elaborada nas Câmaras Técnicas, seja de onde vem a demanda,  
323 normalmente vem com um contexto, definindo coisas que não estão definidas, algo que não  
324 existe, dando de exemplo critérios diversos. Franziska Huber (FEATERJ) disse que o contexto  
325 da minuta não foi apresentado, e que não houve justificativa. Disse que pelo que conhece no  
326 site do Comitê e da AGEVAP as informações são sim conseguidas e que desconhece problemas  
327 na transparência. Franziska disse que os problemas devem ser pontuados e corrigidos. Uiara  
328 Martins (CREA-RJ) concordou com Franziska Huber e diz que a coordenação citará os artigos  
329 no regimento já que para eles está claro o não cumprimento e para a maioria dos membros da  
330 Câmara Técnica não. Uiara disse que a Câmara está sempre aberta para os posicionamentos

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

331 da diretoria executiva. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) disse que ao fim das reuniões sempre  
332 conversa com o coordenador da CTIL-G pontuando a condução das Câmaras. Ressaltou que é  
333 a segunda vez que a CTIL-G não consegue avançar em itens de pauta. Andreia Loureiro (P.M.  
334 Queimados) disse que acolheu o item de pauta da minuta sobre a transparência acreditando que  
335 a construção seria conjunta, resgatando até encaminhamentos anteriores sobre o tema. Disse  
336 que a minuta precisa ser construída e que a pauta precisa andar, com harmonia e objetividade.  
337 Fátima Rocha (AGEVAP) pede a diretora executiva Andreia Loureiro (P.M. Queimados) para que  
338 esclareça a Câmara em relação aos e-mails sem respostas, contestados pela coordenação da  
339 CTIL-G. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) disse que os e-mails foram encaminhados à  
340 diretoria que decidiu debater o assunto na reunião ampliada, com diretoria e coordenação de  
341 câmaras técnicas, no dia 07 de agosto, e por isso não foram respondidos, mas que há tempos  
342 a diretoria tem buscado datas para o atendimento, e então responder os e-mails. Jaime Henrique  
343 (SINTSAMA) sugere que em casos como o citado, referente ao e-mail, para que não haja mais  
344 confusão, que se retorne avisando que está sendo avaliado pela diretoria. Hélio Wanderley (P.M.  
345 Nova Iguaçu) disse que todos devem ter cuidados com a fala em ocasiões de votação pois os  
346 votos não são contra quem propôs, e sim apenas uma necessidade de melhoria na proposição.  
347 Disse que a dúvida deve amadurecer o debate e que quem coordena precisa entender que na  
348 plenária há diferenças de entendimento e que quando uma proposição é negada não se deve  
349 levar para o lado pessoal e sim ser melhor esclarecida para votações futuras. Hélio Wanderley  
350 disse que todos os membros do comitê e funcionários da AGEVAP devem ser tratados com  
351 respeito, e propôs que a coordenação estipule tempo para as falas para que a pauta ande e a  
352 discussão avance. Uiara Martins (CREA-RJ) disse que nas próximas reuniões o tempo de fala  
353 será limitado e abrirá para uma fala por segmento. Logo depois encerrou o debate sobre a  
354 transparência e sugeriu iniciar o item 3 de pauta, Elaboração de minuta de Resolução que dispõe  
355 sobre os critérios para apoio a eventos e cursos externos. Uiara Martins (CREA-RJ) afirmou que  
356 antes de tratar todas as minutas devem ser encaminhadas as origens da demanda, recurso,  
357 rubrica e toda base legal. Os membros concordaram. Fátima Rocha (AGEVAP) lembrou que  
358 esta minuta está sendo trabalhada desde abril. Uiara Martins (CREA-RJ) disse que hoje seria  
359 feito apenas a leitura e considerações e que a votação se daria na próxima reunião. Hélio  
360 Wanderley (P.M. de Nova Iguaçu) questionou o fato da não votação já que a pauta era debatida  
361 desde abril e propôs que este procedimento iniciasse a partir da próxima reunião. A coordenação  
362 manteve a decisão de não votar a minuta. Mariana de Paula (Ternium) disse que em anos  
363 anteriores os membros faziam encaminhamentos para as próximas reuniões, que fazia os

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

364 andamentos fluírem. Mariana de Paula (Ternium) disse que os membros decidiam o  
365 encaminhamento, a demanda gerada para a próxima reunião e, na próxima reunião, liam-se os  
366 encaminhamentos, passando item a item, as minutas elaboradas em função dos  
367 encaminhamentos decididos em comum acordo, e que isso foi quebrado pela atual coordenação,  
368 e propôs que essas regras fossem parte de uma resolução de procedimento para a construção  
369 de minutas. Franziska Huber (FAETERJ) disse que a minuta de Resolução que dispõe sobre os  
370 critérios para apoio a eventos e cursos externos já tem demanda, histórico e encaminhamentos  
371 e deve ser evoluída pela câmara e a discussão sobre a condução das construções de minutas,  
372 serem feitas posteriormente, com contribuições. Uiara Martins (CREA-RJ) diz que vai  
373 encaminhar a proposta da Mariana de Paula (Ternium) para votação futuramente, após  
374 construção pelos membros. Andréia Loureiro (P.M. Queimados) solicita uma inversão de pauta  
375 lembrando que era a segunda vez que a especialista em recursos hídricos, Gabriela Teixeira  
376 (AGEVAP), vinha de Resende/RJ e não conseguia fazer a apresentação da elaboração de  
377 minuta de Resolução para regularização do Grupo de trabalho Infraestrutura Verde – GTIV. Uiara  
378 Martins (CREA-RJ) pede verificação de Quórum e coloca a inversão de pauta em votação. Os  
379 membros aprovaram. **5-** Gabriela Teixeira (AGEVAP) inicia a apresentação contextualizando  
380 como o grupo foi criado por deliberação da CTEG, em período anterior a resolução que define a  
381 criação de grupos de trabalho, e por isso, a coordenação do grupo fosse regulamentado junto a  
382 nova resolução. Nelson Reis (APEDEMA) disse desconhecer o grupo e questionou se o mesmo  
383 foi aprovado em plenária e que por sua importância, deveria por lá ser debatido e abrir a  
384 oportunidade dos membros e convidados participarem. Fatima Rocha (AGEVAP) explicou que  
385 conforme regimento interno, na época, qualquer instancia poderia criar um grupo de trabalho e  
386 a CTEG assim o fez. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) confirmou a explicação e acrescentou  
387 que o grupo está de acordo com uma das agendas do Plano Estratégico de Recursos Hídricos  
388 do Comitê Guandu-RJ. Gabriela Teixeira (AGEVAP) iniciou a leitura da minuta explicando seus  
389 pontos e acrescentou a importância de os componentes precisarem ter o conhecimento técnico  
390 e experiência na área visto que os assuntos são muito técnicos, e falou da experiência de cada  
391 componente da atual formação. Nelson Reis (APADEMA) levantou a discussão sobre o grupo  
392 não ter sido aprovado pela Plenária e manifestou sua vontade de participar do grupo. Uiara  
393 Martins (CREA-RJ) pede para que Gabriela Teixeira (AGEVAP) faça uma apresentação a CTIL-  
394 G sobre os frutos do trabalho do GTIV para o conhecimento dos membros. Gabriela Teixeira  
395 (AGEVAP) respondeu que nas duas últimas reuniões da Câmara ela esteve presente justamente  
396 para dar esse retorno aos membros, citando a metodologia de valoração aprovado pela CTEG.



**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

397 Franziska Huber (Faeterj) disse que, como o grupo é anterior a resolução da criação de grupos  
398 de trabalho e que, já existe e tem resultados, é importante que a CTIL-G discuta e vote a minuta.  
399 Ressaltou que o grupo já tem 14 membros e que a CTIL-G deve tratar o caso das vacâncias.  
400 Hélio Wanderley (P.M. Nova Iguaçu) sugere que a CTIL-G vote e abertura de mais vagas para  
401 o GTIV. Uiara Martins (CREA-RJ) conduz a votação a resolução e a abertura de mais duas vagas  
402 no GTIV. Gabriela Teixeira (AGEVAP) questiona quais serão os critérios para a escolha dos  
403 novos membros do GTIV. Franziska Huber (Faeterj) sugere colocar no artigo segundo  
404 acrescentar que serão criadas mais duas vagas. Uiara Martins (CREA-RJ) inicia a votação do  
405 modelo proposto por Gabriela Teixeira (AGEVAP) acrescentando a criação de mais duas vagas.  
406 Inicia-se a votação. Faeterj, P.M. de Nova Iguaçu, ANAGEA, P.M. Queimados, CREA-RJ,  
407 FONASC, Ternium, Light e P.M. Japeri. Abstenção: FAM-Rio. Ficou aprovada, com nove votos,  
408 a minuta de resolução com a proposta apresentada acrescentando duas vagas. **6- Assuntos**  
409 **Gerais.** Franziska Huber (Faeterj) sugere que as pautas antigas sejam colocadas à frente os  
410 itens pendentes às pautas para que sejam finalizadas e as discussões avancem.  
411 **ENCAMINHAMENTO: Os itens adiados serão priorizados na próxima pauta, sendo**  
412 **Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre os critérios para apoio a eventos e**  
413  **cursos externos; Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre critérios para**  
414 **seleção de membros a participarem de eventos externos.** Uiara Martins (CREA-RJ) lembra  
415 que na próxima reunião as falas terão tempos limitados, e fala para dois de cada segmento.  
416 Solicitou à AGEVAP fazer o controle de tempo. Rinaldo José (Light) pediu para que se  
417 destaquem os encaminhamentos como a sugestão de minuta para a construção de minuta feita  
418 por Mariana de Paula (Ternium). Hélio Wanderley (P.M. Nova Iguaçu) sugere que cada membro  
419 tenha dois minutos de fala e que todos possam ter esse tempo independente do segmento.  
420 Sugeriu também vinte minutos finais de cada reunião para informações e assuntos gerais.  
421 Nelson Reis (APEDEMA-RJ) disse que o Comitê está em nova fase e que todos precisam  
422 encontrar os motivos que os unem e destaca que o Comitê apoiou eventos da sociedade civil, o  
423 seminário oportunidades rurais. Hélio Vanderley (P.M. Nova Iguaçu) informou que a prefeitura  
424 de Nova Iguaçu, através de medida compensatória da empresa Xingu Rio de quinhentos mil  
425 reais, estão adquirindo um barco e uma caminhonete para monitoramento e manejo a APA  
426 Guandu-Açu, que recebe todo esgoto da região de Queimados/RJ e onde a CEDAE capta água  
427 para o tratamento e que a prefeitura vai monitorar os descartes da CEDAE. Informou que o  
428 município está com 24 guardas concursados apagando incêndios florestais. Uiara Martins  
429 (CREA-RJ) disse que o CREA vai participar da Conferência de Meio Ambiente e falou do papel

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 01.08.2019**

430 do CREA no Comitê que é garantir que profissionais habilitados exerçam as atividades que lhe  
431 competem. Mauro André (Defensores do Planeta) convidou a todos para uma audiência pública,  
432 no sábado, dia 03 de agosto, em Campo Grande (RJ), para a criação de uma nova APA na  
433 região de Cantagalo no Rio de Janeiro, onde descobriram um aquífero. Disse que foi convidado  
434 para uma formação da ONU sobre a ODS Água em São Paulo, e incentiva uma maior  
435 participação dos Comitês de Bacia. Destacou a importância da agenda 2030. Andréia Loureiro  
436 (P.M. Queimados) convidou os representantes para o Fórum de Secretários no dia 16 de  
437 setembro. Uira Martins (CREA-RJ) encerrou a reunião às 16 horas e 56 minutos. Eu, Fatima  
438 Rocha (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue assinada por:

439 =====  
440  
441  
442

**Wladimir Loureiro (FAM-RIO)**  
Coordenador da CTIL-G

**Uira Martins (CREA-RJ)**  
Sub-coordenadora da CTIL-G

443  
444 **Membros Presentes: Usuários:** Mariana de Paula Silveira (Ternium Brasil Ltda); Rinaldo José  
445 da Silva Rocha (Light Energia); Janaína Vettorazzi (CK Paracambi); **Sociedade Civil:** Franziska  
446 Huber (FAETERJ-Paracambi); Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ); Carlos Eduardo Martins de Souza  
447 (FONASC-CBH) *representando* João Climaco Soares de Mendonça Filho (FONASC-CBH);  
448 Wladimir Loureiro (FAM-Rio). **Órgãos de Governo:** Paulo Garcia da Silva (P.M. Japeri); Andreia  
449 Loureiro (P.M. Queimados); Uira Martins de Carvalho (CREA-RJ); Helio vanderley (P.M. Nova  
450 Iguaçu). **Membros ausentes:** Mayná Coutinho Morais (CEDAE-San.), ausência justificada.  
451  
452 **Convidados:** Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai); Clêmio Sampaio (ADEFIMPA-RJ); Markus  
453 Budzynkz (ADEFIMPA-RJ); Luis Augusto Martins; Luna Pedroso (FAM-Rio); Nelson Reis Filho  
454 (APEDEMA-RJ); Sabina Campagnani (FURNAS); Mauro Pereira (Defensores do Planeta); Jaime  
455 Santos (SINTSAMA-RJ); Cândida Serrão (FAM-Rio).